**CHECKLIST**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO - AQUISIÇÃO DE BENS**

Órgão/Entidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Processo nº: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Valor R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Objeto: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Para aquisição de bens por Dispensa de Licitação, deve-se observar se:**

* o somatório do que for despendido no exercício financeiro não atingiu os limites; e
* o somatório da [despesa](https://jus.com.br/tudo/despesa) realizada com objetos de mesma natureza, sendo aqueles considerados do mesmo ramo de atividade.

Art. 75, inc. II, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**Art. 75. É dispensável a licitação:**

**(...)**

**II – para contratação que envolva valores inferiores a R$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil e vinte reais e quarenta e um centavos), no caso de outros serviços e compras.**

**Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Exigências para Formalização de Procedimentos para** **Dispensa de Licitação relativa à Aquisição de Bens** | **Responsável** | **S/N/NA** | **Folha** |
| **FASE DE SOLICITAÇÃO** |
| 1. O processo foi autuado, no sistema de Gestão de Documentos – SGD, no formato digital? (art. 9º do Decreto Estadual nº 5.490/2016 c/c arts. 50 e 51 do Decreto Orçamentário nº 6.407/2022)
 |  |  |  |
| 1. Consta memorando de solicitação do setor interessado, com a respectiva justificativa e autorização do Gestor? (art. 5º e 6º da Lei Federal nº 9.784/99).
 |  |  |  |
| 1. Consta indicada expressamente no instrumento de contratação direta, a opção pela dispensa do limite previsto no inc. II do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133/21, vedada a aplicação combinada das leis nº 8.666/93 e 14.133/2021.
 |  |  |  |
| 1. Consta documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo? (art. 72, inc. I da Lei Federal n.º 14.133/21).
 |  |  |  |
| 1. O **processo de contratação** contém demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido? (art. 72, inc. IV da Lei Federal n.º 14.133/21).
 |  |  |  |
| 1. Consta no **termo de referência** a definição doobjeto da contratação, com os critérios de aceitação das propostas, inclusive com a fixação dos prazos e condições para fornecimento e aceitação? (art. 6º, inc. XXIII da Lei Federal n° 14.133/21 c/c art. 27 do Decreto Orçamentário nº 6.407/2022).

*Obs. Recomenda-se a utilização do Checklist específico para análise do Termo de Referência ou Projeto Básico, disponível no sítio desta Controladoria.* |  |  |  |
| 1. Existe **Pesquisa de mercado** com o mínimo de 03 orçamentos e planilha de preços **ou** demonstração de limitação de mercado ou manifesto desinteresse dos convidados inviabilizando a obtenção dos 03 orçamentos (no mínimo)? (art. 23, §1º, II; art. 72, VII, da Lei Federal n° 14.133/21, IN SEGES/ME Nº 65/2021, e, ainda, Acórdãos TCU nº 1.545/2003-1ª Câmara – Relação nº 49/2003, nº 222/2004 –1ª Câmara e nº 2.975/2004 –1ª Câmara).

*Obs. a pesquisa pode ser feita por outros mecanismos, como consulta aos preços praticados no* ***COMPRASNET****, em revistas oficiais especializadas**ou através de institutos de pesquisa.* |  |  |  |
| 1. Consta aprovação da autoridade competente para a realização da despesa? (art. 72, VIII, da Lei Federal n° 14.133/21, e art. 24, inc. II Decreto Orçamentário nº 6.407/2022).
 |  |  |  |
| 1. Em se tratando de aquisição e locação de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, consta a prévia aprovação da Agência de Tecnologia da Informação – ATI-TO, na conformidade da legislação específica, conforme prevê o art. 12, I, alínea “c” do Decreto de execução orçamentário-financeiro nº 6.407/22?
 |  |  |  |
| **FASE DE AUTORIZAÇÃO** |
| 1. Consta o **Detalhamento da Dotação – DD** e/ou declaração orçamentária, quando se tratar de recursos relativos ao exercício seguinte? (art. 72, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 24, inciso I e art. 65, inc. IV e do Decreto Orçamentário nº 6.407/2022)
 |  |  |  |
| 1. Consta Solicitação de Compras – Anexo II, com todos os campos preenchidos e devidamente autorizada pelos responsáveis? (art. 24, inc. II e art. 65, inc. II do Decreto Orçamentário nº 6.407/2022).
 |  |  |  |
| 1. Existe **estimativa do impacto orçamentário-financeiro** da despesa no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois exercícios seguintes, quando for o caso? (art. 16, inc. I, da Lei Complementar n° 101/2000).
 |  |  |  |
| 1. Existe **declaração do ordenador de despesa** de que o gasto necessário à consequente contratação tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 16, inc. II, da Lei Complementar n° 101/2000)?
 |  |  |  |
| 1. A autoridade competente motivou o ato de dispensa? (art. 5º da Lei Federal n° 14.133/21 c/c art. 50, inc. IV da Lei nº 9.784/99; art. 29, inc. I do Decreto Orçamentário nº 6.407/2022).
 |  |  |  |
| 1. No processo de Dispensa de Licitação existe no que couberem os seguintes elementos:
 |
| 1. Razão da escolha do fornecedor ou executante? (art. 72, inc. VI, da Lei Federal n° 14.133/21).
 |  |  |  |
| 1. Justificativa do preço (art. 72, inc. VII da Lei Federal n° 14.133/21)?
 |  |  |  |
| 1. Autorização da autoridade competente, art. 72, inc. VIII, da Lei Federal nº 14.133/21?
 |  |  |  |
| 1. O caso em tela se adequa, **em tese,** a uma das hipóteses de dispensa de licitação **taxativamente** prevista no art. 75, inc. II, da Lei Federal n° 14.133/21?
 |  |  |  |
| **FASE DE SELEÇÃO/ESCOLHA** |
| 1. Consta a proposta do fornecedor escolhido, com todos os detalhes técnicos de preço e de prazos? (art. 33 da Lei Federal nº 14.133/21).
 |  |  |  |
| 1. Se for o caso, consta Despacho do Gestor dispensando a apresentação de parte dos documentos de habilitação, nos termos do art. 68, §1º da Lei Federal n.º 14.133/21?
 |  |  |  |
| 1. Na apresentação das certidões de regularidades, verificar a autenticidade fazendo busca nos respectivos sites.
 |  |  |  |
| 1. Consta o comprovante de pesquisa, demonstrando que fora realizada a consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e juntadas ao processo as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas, (art. 91, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/21). **NOT CGE nº 02/2015** <https://central.to.gov.br/download/22993>
 |  |  |  |
| 1. Consta a **Minuta do Termo de Contrato** ou algum dos instrumentos hábeis a substituí-lo, nos casos permitidos pelo art. 18, VI, c/c art. 90 *caput*, da Lei Federal nº 14.133/21?

*Obs. Recomenda-se a utilização do Checklist específico para Termo de Contrato, disponível no site desta Controladoria.* |  |  |  |
| 1. Consta parecer jurídico sobre a possibilidade de dispensa de licitação, e parecer técnico, se for o caso? (art. 72, inc. III da Lei Federal nº 14.133/21).
 |  |  |  |
| **FASE DE CONTRATUALIZAÇÃO** |
| 1. Consta autorizada a disponibilidade orçamentária para empenho da despesa em conformidade com o Anexo IV, e a liberação da **Nota de Empenho - NE** que garanta as despesas previstas para o exercício corrente? (art. 6º e art. 11 do Decreto Orçamentário nº 6.407/2022).
 |  |  |  |
| 1. O **original do contrato** (ou instrumento equivalente) foi assinado pelas partes, estando todas devidamente qualificadas? (art. 90, Lei Federal nº14.133/21).
 |  |  |  |
| 1. O ato que autoriza a contratação direta ou o **extrato do contrato** ou de instrumento equivalente (art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021) foi divulgado e mantido à disposição do público em site oficial? (art. 72, Parágrafo único, da Lei nº 14.133/21; e art. 2º do Decreto Estadual n.º 6.299/2021).
 |  |  |  |
| **FASE DE EXECUÇÃO DO OBJETO** |
| 1. Consta a designação do fiscal do contrato e a publicação da mesma? (art. 117 c/c art 7º da Lei Federal n° 14.133/21).

*Obs. Recomenda-se a utilização do Checklist específico para fiscal de contrato, disponível no site desta Controladoria.* |  |  |  |
| 1. O objeto foi recebido provisoriamente para efeito de verificação da conformidade e definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação. Observados os critérios do art. 140, inc. II, da Lei Federal n° 14.133/21?
 |  |  |  |
| **FASE DE FISCALIZAÇÃO** |
| 1. Constam os **registros do fiscal de contrato ou relatório circunstanciado**, quanto o acompanhamento da execução do contrato, quando for o caso? (art. 117, § 1º da Lei Federal nº 14.133/21).
 |  |  |  |
| 1. Consta o atesto do fiscal de contrato no recebimento do objeto, observando o que dispõe o termo de contrato/empenho? (art. 117, § 1º e §2º da Lei Federal nº 14.133/21).
 |  |  |  |
| **FASE DE LIQUIDAÇÃO** |
| 1. Consta a **Nota Fiscal** **–** **NF** de acordo com o objeto da aquisição?
 |  |  |  |
| 1. Consta a **Nota de Liquidação** **–** **NL,** com a descrição clara e sucinta do ato realizado? (art. 11 do Decreto Orçamentário nº 6.407/2022).
 |  |  |  |
| 1. Os bens patrimoniais adquiridos foram devidamente tombados? (art. 20 do Decreto Orçamentário nº 6.407/2022).
 |  |  |  |
| **FASE DE PAGAMENTO** |
| 1. Consta **Programa de Desembolso** **–** **PD?** (art. 64, da Lei Federal nº 4.320/64)
 |  |  |  |
| 1. Consta **autorização de pagamento –** Anexo III, devidamente preenchida e assinada pela autoridade competente? (art. 25 e art. 65, inc. III do Decreto Orçamentário nº 6.407/2022).
 |  |  |  |
| 1. Consta **Ordem bancária** **–** **OB e Relação Externa – RE?** (art. 64, da Lei Federal nº 4.320/64).
 |  |  |  |

**Apontamentos:**

|  |
| --- |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

**Assinatura e Matrícula do Servidor**